



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008279-50.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Usucapião - Posse**  
 Requerente: **Celso Luis Pereira**  
 Requerido: **Umbu Hotel Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CELSO LUIS PEREIRA intentou ação de usucapião da área indicada às fls. 01/02, melhor descrita no memorial descritivo de fls. 14/17, informando que preenche todos os requisitos para a procedência, já que adquiriu e pagou pelo imóvel mas não consegue o respectivo registro, sendo essa a única forma de regularização da situação de fato que já existe.

Com as citações necessárias, a União informou não ter interesse (fls. 69/71), o mesmo ocorrendo com a Fazenda Municipal (fls. 62/63).

Com as devidas citações, inclusive de desconhecidos, por edital, veio contestação por negativa geral, por parte da DPE (fl. 88).

**É o relatório.**

**Decido.**

A cronologia indicada na inicial, sobre a transferência da posse do imóvel pode ser observada nos documentos de fls. 07/12, no sentido de ser o autor o atual possuidor inequívoco e de boa-fé.

Dessa forma, e diante da inércia de possíveis interessados, assim como a manifestação concorde das Fazendas, o reconhecimento da propriedade é medida justa, inclusive porque o oficial do CRI entendeu que os requisitos estão preenchidos, como se percebe à fl. 98.

Assim, JULGO PROCEDENTE a presente ação para DECLARAR o

**1008279-50.2016.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

domínio de Celso Luis Pereira sobre a área descrita na inicial e melhor discriminada no memorial de fls. 14/17, dando-o como proprietário da citada área.

Custas e despesas processuais pelos requeridos.

Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado ao Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, com as cópias necessárias. (gratuidade deferida à fl. 28)

A seguir, arquivem-se estes autos, fazendo-se as baixas necessárias.

PIC

São Carlos, 23 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**